

SAINT-SIMONISMO E POSITIVISMO NOS PRIMÓRDIOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

Adalmir Leonidio¹

RESUMO

Este artigo trata da influência do saint-simonismo e do positivismo – uma visão social de mundo ou estilo de pensamento socialmente condicionado – nas origens do movimento operário no Brasil, isto é, no período que vai do final do Império aos primeiros anos da República, particularmente a sua visão conciliadora e reformista da relação entre patrões e operários.

Palavras-chave: Saint-Simon, positivismo, movimento operário, anarquismo, partido comunista

SAINT-SIMONISM AND POSITIVISMO IN THE BEGINNING OF THE BRAZILIAN LABOR MOVEMENT

ABSTRACT

This article analysis the influence that Saint-Simon ideas and the positivism had in the beginning of the labor movement in Brazil. The study covers a period of time between the end of Brazilian Empire and the beginning of Republic in Brazil. The analysis is specially focused on the Saint-Simon whitewasher and reformist vision of the rapport between masters and workers.

Key words: Saint-Simon, positivism, labor movement, anarchism, communist party.

¹ Professor da Universidade Bandeirante de São Paulo, Doutor em Ciências Sociais. Publicou, entre outros, os seguintes artigos: “Os vencidos da vida: literatura e pessimismo em Portugal na segunda metade do século XIX”, *Via Atlântica*, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 7, 2004 e “Utopias sociais em meio ao desencantamento do mundo na França do século XIX”, *Estudos de História*, Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Franca, v. 11, n. 1, 2004.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende mostrar a influência que teve no início do movimento operário no Brasil as idéias do saint-simonismo e do positivismo, enquanto visão social de mundo, isto é, um estilo de pensamento socialmente condicionado². A análise está centrada em um conjunto de periódicos ainda muito pouco explorados pela historiografia, num período que vai de 1870 até cerca de 1910, quando o anarquismo começa a ganhar terreno até a formação do Partido Comunista em 1922.

Em um de seus trabalhos mais importantes e conhecidos, *Du système industriel*, Henri de Saint-Simon (1760-1825) havia dito que na nova ordem social que começava a se configurar, dominada pelo espírito de uma “*nation travaillante*”, a ciência e a indústria tinham por missão mais importante “melhorar a sorte da última classe da sociedade e por fim geral tornar todos os homens felizes”.³ Um dos seus mais célebres seguidores foi o padre Lamennais (1782-1854). “A Terra é uma grande colméia e os homens são como abelhas”, eis a máxima do saint-simoniano. Deus não fez os homens nem pequenos nem grandes, nem senhores nem escravos, nem reis nem súditos. Fez a todos igualmente trabalhadores. Na mesma medida em que justifica a propriedade, critica a pobreza que ela gera: “Cada qual tem o direito de conservar o que é seu (...) mas cada qual tem o direito de adquirir por seu trabalho o que não possui”. Seu objetivo é fazer do planeta uma única cidade, a “cidade de Deus”, através da cooperação e do trabalho mútuo entre os homens.⁴

A grande novidade que traz Lamennais ao discurso saint-simoniano é a tentativa de definir de maneira mais explícita o lugar do trabalho e do trabalhador neste projeto redentor. Em primeiro lugar, o trabalho não deveria mais ser encarado como um princípio de sofrimento, mas de alegria, um sinal de dignidade para o homem. Em segundo lugar, ele não deveria ser tomado no sentido de um meio para “melhorar individualmente a sorte do trabalhador”, mas no sentido de uma atividade coletiva e, como tal, produtora de bens comuns a toda a comunidade. Tal atividade deveria reger-se por “instintos de simpatia” e de “utilidade recíproca”. Este é o momento, pois em que começa a tomar impulso à idéia das associações de socorro mútuo. A noção incômoda de “*nation travaillante*”, de Saint-Simon é aqui substituída pela de “gênero humano”, que engloba todos os homens para além de suas diferenças de classe, de cor e de fortuna.⁵

² Para mais informações sobre o conceito de visão social de mundo ver: LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

³ Saint-Simon, Henri de. “Du système industriel”. In: *Le nouveau christianisme et les écrits sur la religion: oeuvres choisies*. Paris: Éditions du Seuil, 1969, p. 98. Tradução minha.

⁴ Lamennais. *Palavras de um crente*. Lisboa: Typ. de A. I. S. de Bulhões, 1836.

⁵ Lamennais. *O livro do povo*. Lisboa: Imp. de E. J. da Costa Sanches, 1839, p.46.

As ligações de Auguste Comte (1798-1857) com Saint-Simon já são relativamente conhecidas pela bibliografia que trata do tema.⁶ Entre os opúsculos que compõem uma das importantes obras do positivista francês, os *Opuscules sur la philosophie social*, destaca-se o terceiro, como será ressaltado pelo próprio autor em inúmeras ocasiões. É aí que se estabelecem as suas mais importantes definições e onde se encontra o embrião de sua obra. O “Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société” foi publicado primeiramente sob a assinatura de Saint-Simon em 1822 com o título de “Du contrat social”. Após protestos de Comte, Saint-Simon permitiu-lhe publicar este texto em sua revista *Cathéchisme des industriels* em 1824, onde aparece enfim a sua assinatura. O fato renderia muitos quiproquós e seria o grande responsável pelo rompimento de Comte com seu mestre.⁷

Apesar dos ressentimentos, a influência saint-simoniana permaneceria notória em Comte. Os estudiosos de sua obra, aproveitando-se de seu conservadorismo crônico, costumam amearhar, quando não negar tal aproximação com o conhecido socialista utópico. Mas é preciso dizer que antes mesmo de trazer a lume os seus primeiros escritos, o positivista francês, então com dezenove anos, já deixava ver um dos sentidos em que se manifestaria tal influência:

“A miséria pública é enorme em Paris; o pão muito caro, e receia-se mesmo que venha a faltar. Não se pode dar um passo na rua sem ter o coração partido pelo aflitivo quadro de mendicidade; em cada instante encontram-se operários sem pão e sem trabalho, e, com tudo isso, quanto luxo!” (Comte, 1870, pp. 25-26)

Ora, Comte não foi um idealista nem um defensor da causa da classe operária. Sua preocupação central era com a estabilidade social, dentro de uma nova ordem industrial contendo o progresso. E este era precisamente o sentido da palavra positivismo, inventada por ele: um sistema de idéias que se opunha a ameaça das idéias metafísicas, isto é, “negativas”, “críticas”, “anárquicas”, “dissolventes” e “subversivas” da filosofia do Iluminismo e do liberalismo mais radical.

Em 1830 Comte é membro-fundador da Association Polytechnique, sociedade de instrução popular destinada essencialmente a organizar cursos de vulgarização científica para operários de Paris. Em 1831 ele inaugura o seu curso de astronomia

⁶ Sobre as relações umbelicais de Comte com Saint-Simon ver: Löwy, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987; Leonidio, Adalmir. *Positivismo e utopia: as idéias do socialismo utópico no Brasil na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003.

⁷ Ver, por exemplo: Comte, Auguste. “Système de politique positive”, tomo IV. In: *La science sociale. Oeuvre choisies*. Paris: Gallimard, 1972, p. 271.

popular e em 1844 escreve “Discours sur l’esprit positif” que seria o prefácio de seu *Traité philosophique d’astronomie populaire*. Esta *démarche* é sustentada por uma convicção filosófica e política: a conclamação para uma aliança dos proletários com os filósofos.

Os proletários apareciam a Comte como a classe mais disposta a “acolher favoravelmente a nova filosofia”. A principal razão disto era que eles, assim como as mulheres, estavam menos afetados pela filosofia metafísica, sendo então mais permeáveis a uma visão de conjunto. Em discurso pronunciado a 8 de março de 1848, perante o ato de fundação da Sociedade Positivista, ele chegaria mesmo a considerar a classe operária a única classe verdadeiramente “ativa” da sociedade, isto é, a única capaz de levar para a prática a filosofia positiva⁸.

Esta idéia seria novamente realçada em sua obra *Discours sur l’ensemble du positivisme* de 1848. Segundo ela o comunismo traz à sociedade um serviço fundamental, que não chega a ser neutralizado pelos “perigos temporários inerentes a sua forma metafísica”. Isto é, faltava ao comunismo enquanto solução “essencialmente política”, a base filosófica do positivismo⁹. Contudo em sua “teoria positiva da propriedade”, Comte punha-se do lado dos socialistas utópicos que viam no comunismo, essencialmente um ideal comunitário que visava estabelecer a “natureza social da propriedade” e a “necessidade de sua regulação”. Ele era visto também como o único sistema onde predominaria “o sentimento social”. E acrescenta então: “sob estes aspectos, o princípio fundamental do comunismo é então necessariamente absorvido pelo positivismo”¹⁰.

É deste mesmo ano a fundação da Sociedade Positivista, que é anunciada em dois importantes textos: “Association libre pour l’instruction positive du peuple” e “Le fondateur de la Société Positiviste, a quiconque désire s’y incorporer”. O público deste curso de vulgarização de Comte era essencialmente composto por tipógrafos, impressores, marceneiros, alfaiates, tecelões, conforme informa o próprio autor. Seu objetivo primordial é o de criar uma referência institucional das idéias positivistas, bem como criar uma base de instrução popular, onde predominasse a idéia segundo a qual a “reorganização prévia das opiniões e dos costumes” como único meio seguro para se alcançar “a regeneração gradual das instituições sociais”, longe do risco das revoluções violentas. Comte acreditava estar começando neste preciso momento “a segunda parte da revolução”, mais filosófico, mais positivo. O maior exemplo desta sua esperança fica

⁸ Comte, Auguste. *Philosophie des sciences. Oeuvres choisies*. Paris: Gallimard, 1996, p. 433

⁹ Comte, Auguste. *La science sociale. Oeuvres choisies*. Paris: Gallimard, 1972, p. 249.

¹⁰Ibid., p. 254.

expresso no momento em que propõe à Assembléia Nacional a divisa “ordem e progresso” como nova divisa republicana, mas ainda não seria este o momento nem o lugar em que ela seria assumida¹¹.

Em sua obra *Apelo aos conservadores* (1855), talvez a mais popular entre todas, Comte retoma a discussão sobre a importância do proletariado na nova ordem social. Principia-se por reiterar uma afirmação que vinha sendo feita desde os seus primeiros escritos, isto é, que as sociedades ocidentais, e em particular a francesa, continuavam oscilando entre “a retrogradação e a anarquia”, entre o Antigo Regime e a radicalização dos valores da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade. Em sendo assim, eram os “revolucionários” os responsáveis pelos “vícios” que paralisavam o “partido progressista” em todo o Ocidente. E um dos problemas centrais obnubilados por esta tendência “anárquica” era o da “incorporação do proletariado na sociedade moderna”. Este “problema social” exigia como condição prévia, a constituição de um “sacerdócio intelectual”, baseado na filosofia positiva, capaz de regular as relações entre patrões e operários. A centralidade destes no esquema de redenção traçado por Comte reside, acima de tudo, na “homogeneidade natural de sua existência social”, isto é, na ausência de diferenças nacionais de sua situação social, o que não se constitui para o positivista francês em nenhum tipo de desigualdade ou degradação social, fruto da exploração capitalista, antes em uma tendência para se constituírem no único núcleo homogêneo da humanidade. Por isso mesmo, os operários seriam os únicos aptos a desenvolver uma “cultura simpática”¹².

Embora fossem considerados um dos mais importantes pilares da nova ordem social concebida por Comte, os operários assumiam uma posição absolutamente passiva. Assim como as mulheres, eles pertenciam a esfera da “vida doméstica”, a família e não da “vida pública”, a pátria, reservada àqueles que eram responsáveis pelas decisões a serem tomadas, os industriais e os sábios. E era precisamente aí, na sua submissão e numa “digna irresponsabilidade”, que residia a sua maior vantagem, a sua propensão para ser o elo afetivo da nova “ordem coletiva”. Uma ordem que pretendia conciliar de maneira mais eficaz a liberdade e a igualdade, as tendências “liberais” e as “niveladoras”, o “individualismo” e o “comunismo”. Vê-se aqui nitidamente até onde ia a influência saint-simoniana nos escritos comtianos. E conclui Comte: “Enquanto esta conciliação não estiver realizada, a sã política pode obter mais assistência dos comunistas do que dos individualistas”¹³.

¹¹ Comte, Auguste. *Philosophie des sciences. Oeuvres choisies*. Paris: Gallimard, 1996, p., 426-429.

¹² Comte, Auguste. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1899, pp. 126-137.

¹³ *Ibid.*, p. 149.

“Sã política” significa “ditadura republicana”, uma espécie de “livre pacto” não só entre governantes e governados, mas entre todas as classes sociais e em prol da *nation travaillante* de Saint-Simon, isto é, da ordem e do progresso comtiano.

Tanto as idéias saint-simonianas quanto positivistas entraram no Brasil por volta de meados do século XIX. Mas elas só ganhariam dimensões mais significativas algumas décadas depois. No início dos anos setenta entra em cena “um bando de idéias novas”, uma nova tentativa de inserção do país no pensamento moderno¹⁴. A mocidade acadêmica e os círculos intelectuais adotam o que se chama de “espírito crítico”, que visa combater, sobretudo o espiritualismo da vertente eclética. Toma-se conhecimento indiferentemente de Comte, Littré, Taine, Renan, Darwin. É desse período a fundação no Rio de Janeiro da Sociedade Positivista. Começam a aparecer e se difundir com maior intensidade as primeiras obras daqueles que seriam mais tarde os líderes teóricos das duas alas principais do comtismo, a ortodoxa e a dissidente: Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Luiz Pereira Barreto. Em Recife fazem aparição, entre outros, Tobias Barreto e Silvio Romero. Como reflexos desse “espírito de renovação” podemos citar a reforma do Colégio Pedro II e a organização da Escola Politécnica.

Este “espírito de renovação” da década de setenta traduziu-se em duas correntes principais de idéias: a Escola do Recife e o positivismo. A Escola do Recife buscou uma posição própria neste movimento de idéias, afastando-se do espiritualismo dos ecléticos, mas também da rejeição sem crítica da metafísica, substituída pelo positivismo. Seu líder espiritual foi no Recife, Tobias Barreto. Adotando o evolucionismo, ele acreditava poder conciliar a metafísica com a perspectiva cientificista predominante na época. No Rio de Janeiro, na década de noventa, teria destaque a figura de Silvio Romero, discípulo de Tobias Barreto.

A Sociedade Positivista foi fundada em 1876 no Rio de Janeiro e teve seu prosseguimento como Igreja Positivista do Brasil. Seu período de maior atividade correspondeu a fase de liderança de Miguel Lemos (1854-1916) e Teixeira Mendes (1855-1927). Seu escopo principal era preservar a doutrina de Comte.

A partir da década de noventa teve início a formação e a ascensão de uma corrente política de inspiração positivista. Sua popularidade inicial deve-se à figura de Benjamin Constant no Rio de Janeiro. Mas logo em seguida, seu eixo se desloca para o Rio Grande do Sul com um grupo liderado por Júlio de Castilhos (1860-1903). Segundo José Veríssimo¹⁵, ser positivista era uma boa recomendação e o positivismo era tido quase como uma religião de Estado. Seu sentido profundamente conservador revela-se em

¹⁴ Paim, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

¹⁵ Veríssimo, José. *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1901, pp. 56-57.

dois pontos principais: na idéia de regulamentação da vida social; e na idéia de republicanismo totalitário.

Além de haver fornecido as idéias que vieram a se constituir no núcleo do pensamento político da facção dominante, a ascensão do positivismo ao longo da República, trouxe como conseqüência mais importante o predomínio no seio da intelectualidade de uma atitude mental difusa, mas persistente. A par da subestimação da filosofia, nutriu-se a mentalidade positivista de uma atitude supervalorativa das ciências ditas positivas, destacando-se seu caráter mais enciclopédico que científico. Não trouxe o positivismo ao Brasil qualquer contribuição ponderável ao progresso das ciências. Ele penetrara no país não como um método de investigação, mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar de cientificista e, sobretudo, como uma filosofia social, política e religiosa. O cientificismo não correspondeu a um imperativo da evolução industrial. Nas condições brasileiras, não se tratava de armar as novas gerações de técnicos de um conceito operacional da ciência, mas de dar aparência cientificista a uma especulação no estilo da metafísica tradicional.

Havia uma confiança quase religiosa na onipotência da ciência. Esse foi o postulado básico passado diretamente para as ciências sociais, onde realmente deixou marcas bem mais profundas. Suas teses fundamentais podem ser resumidas em três. Primeiramente, a sociedade era equiparada a categoria de “corpo”, “organismo”, isto é, os fenômenos sociais eram equivalentes aos fenômenos naturais. Em seguida, havia uma confiança muito grande na possibilidade de uma abordagem científica dos fatos sociais, o que caracterizava o seu determinismo social. E por último, os distintos aspectos ou efeitos da atividade dos homens em sociedade eram objetivados em categorias ou leis sob a denominação de “fatores”, isto é, leis efetivas, exprimindo relações invariáveis e a estabilidade de certas estruturas. Este estado de espírito condicionará de maneira bastante significativa, conforme passaremos a mostrar a seguir: o movimento operário nascente no Brasil.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Entre as idéias centrais que nortearam o movimento operário nascente estava a de “organização do trabalho”. A expressão foi usada pela primeira vez por Saint-Simon. Mas ela só se constituiu em uma espécie de palavra de ordem do socialismo utópico durante a Revolução Francesa de fevereiro e junho de 1848, sob os auspícios de Louis Blanc.¹⁶ Os intelectuais brasileiros incorporaram estas idéias dos socialistas utópicos

¹⁶ Karl Marx diria depois, ironicamente: “Organização do trabalho! Mas o trabalho assalariado é a organização burguesa existente do trabalho. Sem ele não há capital, nem burguesia, nem sociedade burguesa” (*As lutas de classes em França de 1848 a 1850*. In: Marx, K. e Engels, F. *Obras escolhidas*, tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1982, p. 217).

franceses, por via, sobretudo, da influência portuguesa. As primeiras referências ao problema datam do período em que começaram a ser introduzidas no Brasil as idéias do socialismo utópico, por volta dos anos quarenta. Mas por esta época ele esteve quase restrito a idéia das “colônias agrícolas”, sinônimo de “falanstério”. A partir de fim dos anos sessenta e início dos anos setenta, graças a certo incremento do trabalho urbano, mas também ao eco das idéias do socialismo moderno, conforme atesta um noticiário em 1872 sobre as atividades da Internacional na América,¹⁷ ele ganha um significado muito mais amplo, embora permaneça ainda fortemente influenciado pelas idéias que lhe deram origem.

A idéia saint-simoniana de “organização do trabalho” tinha por trás, de maneira embrionária, certa crítica ao sistema liberal fundado na concorrência. O socialismo moderno também se utilizaria desta crítica para afirmar a anarquia do sistema de produção capitalista. Mas vejamos se é isto o que está por trás destas idéias que chegam ao Brasil. O jornal *O Trabalho*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1868 a 1873 e era dirigido por Alexandre A. R. Sattamini, tem a primeira menção significativa ao problema. Ele abre suas páginas lamentando-se – o que passaria a ser freqüente, desde então – de não haver ainda na imprensa um representante das “classes operárias”, encarregado de “defender e propagar os esforços da atividade nacional no cultivo das indústrias e de todos os ramos da produção”.¹⁸ Como se vê, o termo “classe operária” não tem a conotação moderna que lhe emprestou o socialismo de Marx e da Internacional. Da forma como é empregada pelo jornal, parece referir-se de forma indistinta a todos aqueles que se ocupam da “indústria” e dos demais “ramos da produção”, inclusive os artesãos. Pouco depois seriam referidos em bloco, os termos “artistas, industriais, artesãos, comerciantes, obreiros de todas as condições, todos os produtores finalmente”.¹⁹ Em 1871, o *Grande Dicionário Português* definia como industrial “aquele que tem indústria ou vive dela”. Isto é, o operário que vive da indústria, não era tido como uma classe distinta dos industriais. Mas comumente, a palavra – operário – era usada como sinônimo de “artífice”, “obreiro” ou “artista”, isto é, aquele que “executa alguma arte ou ofício mecânico”, que “labora e vive de sua arte, de seu trabalho”. Mas “artista” também podia referir-se àquele “que cultiva uma arte liberal: escultor, pintor, arquiteto, músico, ator, poeta”.²⁰ Mais comum era a distinção entre patrões e operários, embora a todo momento se mencionasse o fato de os dois terem uma mesma e única causa, o

¹⁷ *O Futuro*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 1° de agosto de 1872.

¹⁸ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 11 de outubro de 1868.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ Frei Domingos Vieira. *Grande Dicionário Português*, v. 3 e 4. Porto/Rio de Janeiro: Chardron/A. A. da Cruz Coutinho, 1871.

trabalho.²¹ Este fator de coesão ou assimilação, não desapareceria dos discursos, mesmo num momento em que já se falava em “partido operário”. O jornal *Echo Popular* fundado em 1890 por Luiz da França e Silva, dizia-se “órgão das classes operária, industrial e comercial” e conclamava “a união de todos os grupos operários”.²² Acentuava ainda que os patrões consideravam “os operários como verdadeiros amigos” e introduzia uma outra distinção, mas não antitética entre “capital” e “trabalho”.²³ Esta não oposição acabava então por desprezar o essencial da distinção, isto é, os interesses em jogo. Assim o jornal carioca *Avante*, dirigido por Álvaro Sá Pinto e Mário Teixeira, já no início do século XX, soltava suspiros românticos ao sonhar com a possível conciliação entre estes dois fatores da produção: “Ah! Se da noite para o dia por arte mágica se duplicassem, se triplicassem todos os capitais da terra, como se duplicaria e triplicaria o bem-estar do obreiro”.²⁴

O termo capitalismo, derivação moderna da palavra capital, no sentido empregado por Marx e pelos marxistas também era alvo de certa confusão semântica. O jornal *Brazil Operário* dizia em 1903 combater pelo “capitalismo”, “mas o capitalismo que se origina do esforço e do suor do trabalhador”.²⁵ Este sentido da palavra está de acordo com a definição do *Grande Dicionário Português* de 1871, segundo a qual capitalista era aquele “que possuía um capital ou vivia de suas rendas”. É notório neste caso que, durante as tentativas de se formar um “partido operário”, embora se falasse em melhorar o salário dos trabalhadores, jamais se usava abertamente e de maneira enfática o termo assalariado. Mas o termo “capitalista” também era usado para designar em sentido negativo, aqueles que viviam de sua renda, sem nada produzir. É preciso lembrar aqui, que Saint-Simon concebia a sociedade como dividida essencialmente em duas classes: os “produtores” ou “trabalhadores” – industriais, operários, comerciantes – e os “ociosos” ou “parasitas”, isto é, todos aqueles que viviam de renda – nobreza e clero. Daí que José Augusto Vinhaes, um dos nomes que juntamente com França e Silva, embora como seu rival, lutaria pela fundação do partido operário, dissesse em 1890: “Como filósofo aprecio mais Saint-Simon do que Comte”.²⁶

Durante os anos noventa também passaram a ser usados os termos “burguês” e “burguesia”, mas também estes muito longe da acepção tomada por Marx e pelos marxistas. O jornal *Echo Popular* em 1890 dizia que não era contra os industriais, que

²¹ Ver, por exemplo, *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 4, 1° de novembro de 1868.

²² *Echo Popular*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 6 de março de 1890.

²³ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 11, 1° de abril de 1890.

²⁴ *Avante*, Rio de Janeiro, n° 5, 2 de outubro de 1904.

²⁵ *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 8, 2ª quinzena de agosto de 1903.

²⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1890.

os operários tinham que lutar, mas contra a “burguesia egoísta”.²⁷ Também o jornal *Brazil Operário* em 1903 alertava aos “operários” para a presença do “elemento burguês” que se encontrava disfarçado em seu seio. A provocação aqui tinha endereço certo: partia de José Hermes de Olinda Costa, redator de vários jornais socialistas por esta época e dirigia-se a Vicente de Souza. Este tipo de catilinária era muito comum neste tempo, sendo usada com frequência por aqueles que se opunham na tentativa de chefiar o “partido operário” como será visto mais adiante. Mas qual era precisamente o sentido em que era empregada a palavra? Referindo-se às festas do 1º de Maio, dizia o jornal: “O dia Primeiro de Maio é o dia da revolução do proletariado, do protesto vibrante, enérgico e revolucionário contra a burguesia que é composta do padre, do soldado, do bacharel e de toda essa gente parasitária”. Também eram considerados “parasitas burgueses” os “politicantes”, isto é, aqueles que viviam da política como quem vive de sua renda sem nada produzir, sendo por isso inimigos dos “operários” em sentido lato: “Precisamos que os artistas, os industriais e os lavradores compreendam que de nada nos tem servido e nos serve o elemento burguês para representar a classe dos trabalhadores”.²⁸ A crítica aqui também se refere a Vicente de Souza e seus correligionários. Ainda neste caso o termo burguês guarda a mesma e primordial definição a ela dada em 1871 pelo *Grande Dicionário Português*: “cidadão da classe média”.²⁹

Note-se que, emolado em meio a outras palavras sinônimas, aparece na fala do jornal *Brazil Operário* o termo “proletariado”, que já vinha sendo usado desde os anos oitenta. Em seu expediente pode-se ler: “As colunas do *Brazil Operário* são franqueadas a todos os operários e proletários, sem distinção de classes para o fim de tratarem de interesses inerentes a propaganda socialista”.³⁰ Portanto, não se concebia o operário como uma classe homogênea e distinta. Além de ser confundido com os industriais e os comerciantes, isto é, todos os “trabalhadores” eram dispersos por inúmeras “classes de trabalhadores”: tipógrafos, ferreiros, carpinteiros, etc. O *Grande Dicionário Português* tem mais uma vez, uma definição muito oportuna para a palavra “proletário”: “membro da classe mais pobre”, tal como a definia Saint-Simon. Mas há também um outro sentido dado pelo dicionário e que é uma herança do socialista utópico francês: “classe proletária” ou “família proletária”. Este último termo é muito significativo, já que destaca o sentido de incorporação, de hierarquia e não de afirmação, autodeterminação enquanto classe. Daí que ele também fosse confundido, por vezes,

²⁷ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 8, 25 de março de 1890.

²⁸ *O Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 1, ano I, 1º de maio de 1903 e n° 2, 13 de maio de 1903.

²⁹ Op. cit., v. I.

³⁰ *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 2, 13 de maio de 1903.

com o termo mais geral “povo”, concebido em termos de valores integrativos, a família, a pátria, a humanidade, tal como sustentava também o positivismo de Comte.

Assim os termos “classe trabalhadora”, “homens do trabalho” ou “filhos do trabalho” eram muito mais indicativos daquilo que de fato se queria designar no preciso sentido de Saint-Simon, isto é, uma oposição aos “ociosos”. E este sentido era muito oportuno, já que desde o fim dos anos setenta começava a ser preparada a campanha contra o trabalho escravo e pela adoção do trabalho livre. Era preciso enfatizar as idéias que buscassem valorizar o trabalho.³¹ A este respeito, a citação a seguir, do jornal *O Trabalho*, é lapidar:

“A dignidade porque o operário deve trabalhar, não porque o trabalho seja uma imposição da miséria, mas porque é um dever do homem, visto que, aquele que não trabalha é um parasita social, pois consome e não produz, trazendo daí certo desequilíbrio para a economia geral”.³²

Isto é, não há um discurso para a classe operária, mas para a nação em geral, para o trabalho em geral, num misto, mais uma vez de progressismo liberal, socialismo utópico e positivismo. Esta falta de definição ideológica explica o desânimo com que Evaristo de Moraes se dirigiria em 1903 a Mariano Garcia, diretor do jornal *Gazeta Operária*: “Não houve como não há organização operária no terreno social”.³³ Mas mesmo para o sentido mais geral da cidadania, da inclusão social e da participação, este discurso tem um alcance muito limitado, devido ao contexto em que se inseria, embora não se possa desprezar ser ele um certo avanço, ainda que muito tímido em relação às décadas anteriores.

Para entender tais posições é preciso passar rapidamente em revista a situação do trabalho no país. Até o início do século XX todos os dados apontam para uma fraca urbanização e uma incipiente industrialização.³⁴ As grandes indústrias, empregando uma grande quantidade de operários eram raras. Mais comum era - as pequenas e médias empresas - de mínima capitalização e base técnica artesanal ou semi-artesanal. Após a abolição, o movimento de proletarianização dos ex-escravos foi muito lento e

³¹ Para Angela de Castro Gomes (*A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, pp. 19-49), as bases do trabalhismo de Vargas foram lançadas com o movimento operário que se inicia em 1890.

³² *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 9, 4 de novembro de 1879.

³³ *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 1, 28 de setembro de 1902.

³⁴ Para este rápido retrospecto sobre a estrutura sócio-econômica do país na segunda metade do século XIX, estaremos nos baseando nos seguintes trabalhos: Löwy, Michel et al. *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte: Veja, 1980; Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1976; Segatto, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

complexo, restando à grande parcela deles a vagabundagem e a criminalidade com a pretensão de manter a aparência de “homens livres”. A classe operária industrial era uma ínfima minoria, se comparada aos empregados do comércio e das pequenas oficinas mecânicas, além de se encontrar dispersa em uma infinidade de estabelecimentos espalhados por várias cidades do país.

Mas não era tanto a falta de indústrias em grande proporção o que dava o tom peculiar deste período, mas a falta de uma mentalidade propriamente urbana e industrial. Fosse nas oficinas, fosse nas pequenas e médias indústrias a sua hierarquia interna estabelecia uma rígida distinção social entre aprendizes, operários e patrões. Havia ainda a figura do chefe, uma espécie de gerente, instância intermediária entre os patrões e os operários.³⁵ O chefe, embora pudesse ser um operário, era em geral um bacharel, tendo “direitos especiais”, dos quais não gozavam os operários e os aprendizes, tais como aposentadoria, direito a receber quando doente, horário de almoço, etc.³⁶ A mobilidade no interior deste quadro era algo extremamente difícil, o que fazia das posições mais elevadas um forte elemento de tensão e fracionamento no interior da classe operária. Aprendizes contra operários, estes contra os chefes, mas nenhum em confronto aberto e declarado com os patrões. Além disso, os operários de diferentes profissões recusavam-se a ser nivelados por qualquer estatuto de classe. Assim as chamadas “artes liberais” buscavam a todo custo manter a distância das “artes mecânicas”, conforme atesta o jornal paulista *O Trabalho* em 1876: “Infelizmente na nossa província, o tipógrafo é equiparado ao ferreiro, ao carpinteiro, ao pedreiro e a outros que exercem tais ofícios mais ou menos grosseiros”.³⁷ Esta situação explica-se porque não só o acesso às posições mais elevadas como o próprio acesso às oficinas, sobretudo as do Estado, que eram a maioria, também dependia de certas relações de favor e não do mecanismo clássico de concorrência das sociedades capitalistas modernas:

“O sistema de feudalismo que se observa nas oficinas do governo, onde o artista para ser admitido, antes de exibir a sua habilitação, faz apresentação das cartas protetoras, cujo número e importância vai determinar o grau de soberania que deve exercer em meio a seus irmãos com preterimento de antiguidades e muita vez de habilitações reconhecidas tem unicamente servido para criar graduações, estabelecendo na mesma classe rivalidades e pretensões intimamente contrárias ao interesse comum”.³⁸

A desagregação da ordem escravocrata e senhorial muito pouco mudou deste

³⁵ Ver *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 3, 25 de outubro de 1868.

³⁶ Ver *Revolução*, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1882.

³⁷ *O Trabalho*, São Paulo, n° 12, 2 de abril de 1876.

³⁸ *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 1, 8 de janeiro de 1881.

quadro. Isto porque a emergência de uma ordem social competitiva no Brasil foi um processo lento com muitos entraves impostos pela sobrevivência de uma mentalidade escravocrata e extremamente conservadora, que não tendia a ver em todo homem ou mulher um indivíduo, membro de uma mesma nação e igual em direito. Assim se explica porque apesar de a maioria dos jornais reclamar da falta de solidariedade entre os operários e da situação pouco favorável à ascensão social dentro das oficinas e das fábricas, não havia uma crítica séria e refletida sobre a hierarquia social estabelecida. O mulato Luiz da França e Silva, antes de iniciar sua campanha em prol da organização de um “partido operário”, havia fundado um periódico para falar em nome de sua “classe”, a *Revista Tipográfica* (1888-1890). Em 1889 em artigo intitulado “A organização do trabalho”, dizia ele:

“Para que um chefe se torne credor da estima e da simpatia de seus administrados é preciso que tenha por apanágio a reta distribuição da justiça, a tolerância, não em excesso; isto não quer dizer, porém que os indivíduos sujeitos ao mando do chefe da oficina julguem-se com direito de proceder incorretamente, abusando da complacência de um chefe amigo, a ponto de levá-lo até as fronteiras do comprometimento. Se o chefe se desmoraliza, desorganizado está o trabalho na oficina que administra. Para haver organização do trabalho é indispensável então: convênio prévio entre patrão e operário, lealdade e harmonia entre todos que executam o trabalho”.³⁹

A “nova” ordem social, apesar de baseada em trabalho formalmente livre e de se dizer conforme a democracia republicana, ainda não havia incorporado à mentalidade de uma sociedade do tipo competitiva, tendente a despojar a relação patrão-assalariado de obrigações e de direitos extra-econômicos. Em virtude disso, o operário chegava mesmo a ser chamado de “criado” e o patrão de “protetor” conforme atesta o jornal *O Mensageiro*, “órgão dedicado às classes proletárias e operárias”: “O patrão atual, nesta crise que atravessamos, deve ser o que significa a palavra patrono e protetor. O criado pelo fato de ser pago deve ser caprichoso em seu serviço e impor a confiança de seus patrões”.⁴⁰ Daí, que no período estudado raramente se veja o operário fora das armadilhas integracionistas e associacionistas como será visto adiante.

Ainda que se possa entender este discurso como certa proposta de cidadania⁴¹ é preciso ver os seus limites dentro do contexto em que se inseriu. Em nenhum momento se lutou pelos direitos dos operários em si mesmos. O jornal *O Trabalho* em 1868 dizia

³⁹ *Revista Tipográfica*, Rio de Janeiro, n° 4, 26 de janeiro de 1889.

⁴⁰ *O Mensageiro*, Rio de Janeiro, n° 1, agosto de 1899.

⁴¹ Ver Gomes, Angela de Castro. Op. cit.

que o trabalho era para todo cidadão um dever e um direito. Como dever precisava de “vigilância” e como direito precisava de “garantias”.⁴² Pouco depois ele diria ser preciso “regular” as relações entre patrões e operários, “a fim de conceder a todos”, isto é, aos patrões e operários “suficiente garantia e proteção”.⁴³ Assim direitos e deveres não eram valores universais, mas uma rígida determinação de papéis. O operário deveria ter garantia de trabalho e de remuneração, mas também “o dever de ser ativo e zeloso na feitura desse trabalho”.⁴⁴ Apelava-se então para a imagem de uma “comunhão nacional” de esforços em prol do trabalho, dando ênfase a certos valores integrativos. O jornal *O Artista* reclamava de que os “homens do trabalho” no Brasil achavam-se “completamente decaídos”, sem “papel” no plano da sociedade geral, sem por isso gozar “das vantagens sociais de que gozavam as outras classes”.⁴⁵ Da mesma forma *O Proletário* conclamava a todos os homens de “boa vontade” para “levantar o espírito nacional”, banindo da “indiferença as classes trabalhadoras”.⁴⁶ *O Trabalho* dizia ser o operário uma “parte integrante do conjunto social”⁴⁷, enquanto a *Gazeta Operária* falaria em exclusão do operário do “grêmio social”⁴⁸ e, alguns anos mais tarde, em artigo intitulado “A organização do trabalho” na sua importância para o funcionamento do “maquinismo social”.⁴⁹ Também o jornal *Echo Popular* diria ser o operário no Brasil “um ente separado da comunhão nacional” e, pouco depois, de sua importância para a “reconstrução da pátria”.⁵⁰

Mas é preciso lembrar que os termos “trabalho” e “trabalhador” não se restringiam à classe operária. A própria idéia de “comunhão nacional” é em si muito significativa. Assim num mesmo movimento, o jornal *O Artista* conclamava os operários para o trabalho, reclamava um maior desenvolvimento da indústria e fazia apologia do progresso. Pouco depois em artigo intitulado “Culto ao trabalho” diria ser a indústria o maior fator de independência de um país e o trabalho, um dos elementos de sua riqueza, sendo dever de “todos os cidadãos que compreendem o valor das artes e da indústria e que têm patriotismo” zelar por sua autonomia.⁵¹ Daí que a “proteção” da produção

⁴² *O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 11 de outubro de 1868.

⁴³ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 4, 1° de novembro de 1868.

⁴⁴ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 9, 4 de novembro de 1879.

⁴⁵ *O Artista*, Rio de Janeiro, ano III, n° 1, 27 de novembro de 1870.

⁴⁶ *O Proletário*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 7 de outubro de 1877.

⁴⁷ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 8, 28 de outubro de 1879.

⁴⁸ *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 1, 8 de janeiro de 1881.

⁴⁹ *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, ano IV, n° 2, 9 de dezembro de 1884.

⁵⁰ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 2, 8 de março de 1890 e n° 33, 27 de maio de 1890.

⁵¹ *O Artista*, Rio de Janeiro, n° 2, 4 de dezembro de 1870.

nacional fosse também entendida como “garantia” de trabalho para o operário.⁵² O *Brazil Operário* também se utilizaria dos termos “proteção” e “garantia” como sinônimo de direito para se referir ao mesmo tempo, ao desenvolvimento “das artes e da indústria” e ao “engrandecimento da nação”.⁵³ No mesmo tom falaria *O Corsário*, acrescentando que a solução do “problema social” seria a solução da “questão do trabalho”, “que se impõe do mesmo modo com o mesmo interesse para o desenvolvimento da nossa indústria e da nossa riqueza”.⁵⁴

Mas quem falava em “comunhão nacional” também queria dizer “comunhão de classes”. Assim, o jornal *O Artista* reclamava do “egoísmo”, da “indiferença” e da “separação das classes” que parecia “desagregar” a sociedade e colocar no atraso “as artes e a indústria”.⁵⁵ Mais interessante neste caso é o artigo do redator Manços d’Asia, do jornal *O Trabalho* em que se analisa o “direito de propriedade”. Começa citando Proudhon e sua avaliação da propriedade como roubo. Mas acrescenta que isto assim se dá porque não há harmonia entre patrões e operários.⁵⁶ Pouco depois, diria o mesmo jornal que o “corpo social”, tal como um organismo biológico é composto de “partes dessemelhantes, cada qual destinada ao exercício de um mister diferente” e que todas estas partes, tendo uma ação particular que lhes é própria “têm igualmente uma ação geral no interesse do todo”. Usa ainda uma analogia planetária, falando de movimentos, de “rotação e de translação dos corpos”, isto é, das classes.⁵⁷ Esta mesma analogia usaria o jornal *Brazil Operário* para falar daquilo que considerava o mais importante “axioma socialista”:

“A lei de formação para todos os seres é geral como são gerais as que regem o sistema planetário, as propriedades dos sólidos, dos líquidos e dos gases (...) Se o fenômeno cósmico obedecer às simpatias da natureza, a matéria animada fatalmente entrará na fase de organização”.⁵⁸

Assim também pensava ser para o “corpo social”. Neste sentido era preciso realizar uma “fusão de todos os elementos heterogêneos”⁵⁹, única maneira de solucionar o “problema social” causado pela desagregação das classes. Neste processo, um papel

⁵² *O Proletário*, Rio de Janeiro, n° 1, 7 de outubro de 1877 e *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 1, 8 de janeiro de 1881.

⁵³ *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 1° de maio de 1903.

⁵⁴ *O Corsário*, Rio de Janeiro, ano I, n° 3, 25 de novembro de 1903.

⁵⁵ *O Artista*, Rio de Janeiro, n° 13, 19 de fevereiro de 1871.

⁵⁶ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 3, 14 de setembro de 1879 e n° 5, 28 de setembro de 1879.

⁵⁷ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 11, 18 de novembro de 1879.

⁵⁸ *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 6, segunda quinzena de julho de 1903.

⁵⁹ *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 7, primeira quinzena de agosto de 1903.

especial caberia a cada um dos elementos do todo homogêneo de que fariam parte. Aos operários caberia a união interna e o coleguismo, aos patrões a tarefa de tornar os operários um associado nas suas empresas, “moralizando as funções do capital e considerando o trabalho como fator de utilidade geral” e aos governos a reforma da legislação de maneira a proteger tanto a indústria quanto o operário. E acrescenta: “Na indicação dessas reformas, penso que não se deve cogitar de operários, patrões e governos, mas sim ter uma ação em prol da humanidade que tudo deve ao trabalho”.⁶⁰ O *Echo Popular* diria, por seu lado, que “no drama do mundo chocam-se continuamente dois elementos difíceis de harmonizar: o interesse do indivíduo e a causa da pátria”.⁶¹

Indivíduo, família, pátria, humanidade, eis a ordem social almejada pelos socialistas a partir dos anos setenta no Brasil. A *Tribuna do Povo* defendia-se das críticas a ela feita por “alguns espíritos regressistas”, dizendo que apesar de socialista, não pregava “doutrinas subversivas às instituições e aos poderes legais”.⁶² Alguns anos mais tarde, o jornal *Echo Popular* informava aos seus leitores que “o Governo Provisório não se assusta com o movimento da classe operária por ver nela a garantia de sua própria estabilidade”.⁶³ Dizia ainda que a “classe operária procede com o mais firme propósito de concorrer para a manutenção da ordem, para a prosperidade e riqueza da nação”⁶⁴, acreditando que da mesma forma “pacífica e harmônica” com que foram resolvidas as outras duas “questões sociais”, isto é, a abolição da escravidão e a proclamação da república, também seria resolvida a “questão operária”, isto é, a “regeneração do trabalho”.⁶⁵ Mais enfático ainda seria *O Artista*: “Nossa missão é de paz, respeito aos poderes públicos, porque só a sombra da ordem e do progresso é que se desenvolverá o trabalho”.⁶⁶ Chegava-se mesmo a não ver qualquer incompatibilidade entre socialismo e nacionalismo. Alcindo Guanabara, conhecido jornalista da época, diretor do jornal *A Nação*, do qual eram redatores também Manoel Bomfim e Vicente de Souza, dizia em 1903: “*A Nação* é socialista, nacionalista e protecionista”.⁶⁷

Ao par com este anseio por uma ordem perfeita estava a idéia de disciplinar o trabalho. José Augusto Vinhaes afirmava estar de pleno acordo com o governo, quando este dizia que sua primeira tarefa devia ser a de “moralizar o princípio da autoridade”

⁶⁰ *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 16, 1ª quinzena de janeiro de 1904.

⁶¹ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 44, 21 de junho de 1890.

⁶² *Tribuna do Povo*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 7 de agosto de 1870.

⁶³ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 2, 8 de março de 1890.

⁶⁴ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 5, 15 de março de 1890.

⁶⁵ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 25, 6 de maio de 1890.

⁶⁶ *O Artista*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, junho de 1905.

⁶⁷ *A Nação*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 10 de dezembro de 1903.

e aprofundar entre os operários o sentimento do dever, consolidando “em todos os serviços, a mais séria disciplina”.⁶⁸ Com esta idéia parecia concordar o *Brazil Operário*, ao dizer que “o operário deve ser moderado e obediente”. A seguir, pedindo paciência aos operários, acrescentava o jornal que eles não deveriam se deixar levar, “nos momentos em que periclitam a estabilidade e o bom funcionamento do progresso da engrenagem social”, pelos “elementos de desorganização”. “Quando um país envereda pelo caminho da evolução”, dizia ainda “aparecem acidentalmente elementos que procuram antepor-se-lhe, mas é preciso que seja vencida essa resistência para que o trabalho útil se realize”.⁶⁹ Com a mesma ênfase falaria o jornal *A Nação*: “*A Nação* combaterá ardentemente as agitações das ruas, as perturbações da ordem pública e os movimentos revolucionários”.⁷⁰ Daí que capital e trabalho não fossem encarados como coisas opostas, mas complementares; que se deviam harmonizar para o bom funcionamento do todo social.⁷¹ Chegava-se mesmo a apelar para o ultra-conservador Joseph de Maistre: “Há talvez meio século que o célebre publicista francês Joseph de Maistre escreveu a seguinte profecia: *‘Tout annonce je ne sais quelle grande unité vers laquelle nous marchons à grands pas’*”.⁷²

Para a disciplinização do trabalho, um elemento de fundamental importância era a educação. Já em 1868 o jornal *O Trabalho* chamava a atenção para a necessidade de instrução elementar e profissional. Por esta época, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional havia criado uma escola noturna voltada para operários e filhos de operários. Mas instruir não era neste tempo, sinônimo somente de transmitir conhecimentos práticos que visassem um melhor aperfeiçoamento do trabalho, mas também “moralizar”. Assim, dizia o jornal que as escolas noturnas tinham por objetivo “cultivar o espírito e fortalecer os sentimentos morais, seguros penhores da ordem social”.⁷³ No mesmo sentido, diria o jornal *O Futuro* que era a instrução que mostrava o limite dos deveres, que cumpre aos operários desempenhar e que a sua ausência tendia a gerar o indiferentismo com o desenvolvimento das artes e da indústria. E concluía: “Levantem-se como um só homem, não para fazer motins, mas para aprender”.⁷⁴ Esta insistência dos jornais na questão da educação explica-se pelo fato de que era a imprensa, ao lado das escolas noturnas, um dos principais órgãos de

⁶⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1890.

⁶⁹ *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 3, 1° de junho de 1903.

⁷⁰ *A Nação*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 10 de dezembro de 1903.

⁷¹ Ver *O Corsário*, Rio de Janeiro, ano I, n° 3, 25 de novembro de 1903 e *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 4, 19 de outubro de 1902.

⁷² *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 11, 1ª quinzena de outubro de 1903.

⁷³ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano I, n° 3, 25 de outubro de 1868.

⁷⁴ *O Futuro*, Rio de Janeiro, n° 8, 20 de novembro de 1872.

disciplinirização da classe operária. Daí concluir-se, que somente os operários instruídos poderiam ser “incorporados na sociedade moderna”.⁷⁵ Em 1904 seriam criados o Centro de Estudos Sociais e Ensino Mútuo e a Universidade Popular por iniciativa de Fábio Luz. Esta última além de possuir uma biblioteca onde se encontrava grande parte dos jornais nacionais e estrangeiros bem como livros e panfletos oferecia alguns cursos: de filosofia (ministrado por Pedro Couto), de higiene (por Fábio Luz), de história natural (por Platão de Albuquerque), de história das civilizações (por Rocha Pombo) e de geografia (por Pereira da Silva). Havia ainda consultório médico e jurídico para os operários. Em sua inauguração, Fábio Luz esclareceu que os termos “patrono” e “protetor” aludido por um outro jornal como sendo o significado primordial da palavra “patrão”, não eram restritos ao patronato, mas que também eram um qualificativo de todos aqueles que desejavam falar em seu nome:

“O povo precisa de um número maior de tutores; a população e o proletariado aumentam, devendo haver um estoque maior de bacharéis que se apercebem dos elementos indispensáveis para a tarefa e o papel espinhoso e duro de guias e orientadores privilegiados das multidões ignaras”.⁷⁶

Dado o forte teor moral da idéia de educar era comum usar-se também o termo “evangelizar” como seu sinônimo.⁷⁷ No mesmo sentido falava-se ainda em “evangelho das artes e da indústria”,⁷⁸ ou em “culto ao trabalho”, ou ainda em “religião do trabalho”. A este respeito diria o jornal *O Artista*: “As artes e a indústria também têm o seu templo. Entre nós elas têm falta de apóstolos, embora tenham tido sacerdotes. Para que elas prosperem é mister que façamos aparecer o culto externo”.⁷⁹ Também se falaria do trabalho como a nova “religião do progresso”.⁸⁰ Toda esta fraseologia tinha uma origem comum, o positivismo e o saint-simonismo. Assim, o jornal *Echo Popular* destacava em suas páginas em 1890, as principais “máximas da religião da humanidade” sob a rubrica “Viver para a humanidade”, que tinham por objeto o “momentoso problema social do proletariado”.⁸¹ Da mesma forma, o jornal *Brazil Operário*, a propósito do 1º de Maio, destacava a “grande veneração” que tributava “ao trabalho, o qual, talvez em breve, constitua um culto ou a verdadeira religião da humanidade”.⁸²

⁷⁵ *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 28 de setembro de 1902.

⁷⁶ *O Amigo do Povo*, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1904.

⁷⁷ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano III, n° 1, 1º de janeiro de 1873.

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ *O Artista*, Rio de Janeiro, n° 2, 4 de dezembro de 1870.

⁸⁰ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 31 de agosto de 1879.

⁸¹ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 9, 27 de março de 1890.

⁸² *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 1º de maio de 1903.

Mas esta disciplinirização do trabalho dentro do discurso socialista tinha um sentido muito preciso em termos de origens teóricas. O jornal *O Trabalho* dizia em 1870, que a educação fazia “desenvolver as forças morais, conhecer a resignação, a sobriedade, o amor ao trabalho e a vergonha da ociosidade”.⁸³ Diria ainda aos operários, nove anos mais tarde, que não buscassem imitar os “parasitas”, que querem consumir sem nada produzir.⁸⁴ Devido à permanência das idéias do socialismo utópico e a forte influência do positivismo, acreditava-se que o Brasil estava passando por um processo de transição do “regime militar” para o “regime industrial” e que era preciso por isso dar combate ao seu principal inimigo, a “classe parasitária”. E dentro desta, a que parecia mais perigosa para a ordem social almejada era sem dúvida a dos “políticos”. Sendo assim, o Estado deveria pouco a pouco ceder lugar a uma “administração das coisas”, conforme queria Saint-Simon, constituindo um governo mais justo, porque mais científico e neutro:

“Não se trata agora de mudar a forma do poder é preciso mudar a aplicação. O governo deve ser uma administração e esta administração não deve ter por objeto interesses políticos, os quais repousam unicamente sobre o antagonismo entre a liberdade e a autoridade, mas sim, interesses econômicos e industriais”.⁸⁵

CONCLUSÃO

Buscou-se mostrar com este trabalho a influência que teve o saint-simonismo e o positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil, isto é, no final do império e nos primeiros anos da República. Uma influência de certa forma difusa, mas que marcou a concepção do trabalho e de sua forma de organização no país. Tal concepção conforme visto tendia a uma conciliação entre patrões e operários, tudo em nome de uma harmonia ou de uma ordem social utopicamente concebida, mas que muito convinha à mentalidade conservadora da época. Esta mundividência expressou-se de forma bastante clara nos principais jornais que se auto-intitulavam porta-vozes dos operários, mas que no fundo veiculavam interesses muitas vezes contrários à própria classe operária nascente. Isto de certa forma, ao menos no Rio de Janeiro, dificultou a difusão e a aceitação do socialismo marxista, que só passaria a ganhar terreno a partir dos anos 1910.

⁸³ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano I, n° 2, 1° de setembro de 1870.

⁸⁴ *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 3, 14 de setembro de 1879.

⁸⁵ *O Socialista*, São Paulo, 26 de janeiro de 1896.